

ALFABETIZAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DOS PROCESSOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS NAS PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE REGULAR DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA¹

Joventino dos Santos Silva²

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os debates sobre o processo de aquisição do conhecimento têm ganhado um espaço satisfatório no cenário educacional. Por isso, observam-se mudanças significativas na maneira de conceber a alfabetização.

Segundo a enciclopédia Encarta (2001), a alfabetização é “[...] considerada em geral como a capacidade de ler e escrever com certo grau de habilitação. Com maior precisão, pode ser definida como uma capacidade técnica de decodificar signos escritos ou impressos, símbolos ou letras, que formam palavras”.

No entanto, esse conceito de alfabetização nos remete ao modelo tradicional que considera a alfabetização ou escrita como um simples reflexo da linguagem oral. Ou seja, a escrita é concebida como uma mera representação da fala; algo mecânico e estático.

De acordo com Leite (2001), esse modelo tradicional tem recebido inúmeras críticas desde a década de 60, quando os países desenvolvidos detectaram a condição do analfabetismo funcional. Neste momento, considerava-se uma parcela da população que passou pelo processo de escolarização, em contato com o código escrito. Depois de certo tempo, não mais se utilizava a leitura e a escrita como instrumentos de inserção social e desenvolvimento da cidadania.

O autor ainda afirma que, nas décadas de 70 e 80, foram realizadas várias pesquisas – as quais apontaram a necessidade de novas formas e/ou modelos de alfabetização para atender uma nova demanda da sociedade – cujo objetivo era formação da alfabetização para o pleno exercício da cidadania de forma autônoma.

Observa-se, ainda hoje, que a realidade educacional brasileira, principalmente no Nordeste, passa por muitas dificuldades. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP (2003), o nível de leitura da maioria dos alunos brasileiros é “crítico”: os dados ainda apontam o Estado da Bahia com o maior número de analfabetos, cerca de 2.057.907; no Nordeste o estágio de construção de competências pelos alunos da 4ª série, no que se refere à língua portuguesa, indica 33,42% dos estudantes com a classificação “muito crítico”, que se mostra a taxa mais elevada entre os estados brasileiros. Ainda reforçam esses dados inúmeros relatos de colegas professores, que consistem na afirmação de que uma boa parte de seus alunos das últimas séries da primeira metade do Ensino Fundamental não está preparada o suficiente no que se refere ao processo de aquisição da escrita e da leitura.

Em relação ao nível de leitura os dados do INEP (2003), ainda, indicam que os estudantes classificados com desempenho “adequado” à série que pertencem, 65% de seus professores já concluíram o curso superior; já em relação aos discentes que obtiveram a classificação de desempenho “muito crítico”, 58% de seus docentes têm, no máximo, oito anos de escolaridade.

De acordo Sipavicios (1987), as crianças de classes mais elevadas encontram, no bojo da escola de prestígio e de suas famílias, condições necessárias de incentivo e compensação, que suprem as eventuais deficiências da escola. Já as crianças mais pobres, com baixo nível de

¹ Pesquisa exploratória, vinculada à disciplina Metodologia da Alfabetização, sob a orientação da Professora Zeneide Pereira Paiva Vieira, Mestre em Educação.

² Acadêmico do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB no projeto de pesquisa “Avaliação de Políticas Públicas – Programa Bolsa-Escola Federal: demandas e desafios de pais, mães e responsáveis no acompanhamento educacional de seus filhos, coordenado pelo Professor Dr. Reginaldo de Souza Silva.

escolaridade, não contam com esses recursos. Sua aprendizagem escolar depende, exclusivamente, da escola. Assim, a qualidade da mesma quanto aos recursos em geral de que dispõe, e, sobretudo, a qualidade, eficiência e dedicação do seu corpo docente e de funcionários é que vão determinar o grau de sucesso ou insucesso das crianças.

A partir dos dados demonstrados, juntamente com a afirmação de Sipavicios, percebemos a importância de refletir-se sobre o processo de alfabetização de nosso País e, primordialmente, de nosso estado, já que os números demonstram que as escolas estão fracassando. Por isso, se faz necessário analisar como está se dando o processo da alfabetização, principalmente nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Devido a isto, buscamos verificar as concepções metodológicas adotadas pelos profissionais da educação na tentativa de compreendermos melhor quais são suas implicações no desenvolvimento educacional das crianças envolvidas.

Em relação às concepções que norteiam as metodologias, se destacam duas, que são opostas. A primeira se sustenta no empirismo; a segunda no construtivismo.

De acordo Weiz (2000, p. 57), na “[...] concepção empirista o conhecimento está fora do sujeito”; a aprendizagem é tudo aquilo que o indivíduo absorve sob influência do meio, através dos órgãos dos sentidos pela experiência (algo que se dá de fora para dentro). O ensino é um processo de condicionamento por meio do uso de estímulo e resposta. Um exemplo disso se encontra no método cartilhado, que concebe o processo de alfabetização a partir da memorização de regras pré-estabelecidas e da repetição de pequenas frases soltas, fora do contexto real dos envolvidos. Nesse processo, segundo Zabala (1998), as matérias são privilegiadas e em sua aprendizagem a criança é vista como mero receptor do conhecimento.

Segundo Leite (2001), tal concepção consiste na preocupação em promover a aprendizagem a partir de determinada metodologia que proporcione ao aluno o domínio do código e, posteriormente, venha a utilizá-lo. Tal concepção resultará a formação de sujeitos passivos, que não intervêm na dinâmica sócio-política em que se encontram inseridos.

Já o construtivismo é uma forma diferente de conceber o processo de aprendizagem. Com base em Weiz (2000), essa teoria concebe a aprendizagem enquanto tudo aquilo que o indivíduo absorve sob influência do meio, pela experiência, junto as suas faculdades preexistentes. De forma recíproca o racional age com a experiência, um ampliando o outro ou dando suporte para que haja a aprendizagem.

Nesse processo, a alfabetização se dá com a interação do sujeito do conhecimento (a criança), e seu contato com os novos objetos do conhecimento (as representações lingüísticas). O indivíduo não é considerado como mero receptor de estímulos em busca de determinadas respostas. É levado em consideração todo o conhecimento que ele traz consigo num processo de equilíbrio-desequilíbrio-equilíbrio contínuo. Portanto, nesta concepção, o (a) professor (a) atua como mediador.

Assim a metodologia se volta para a questão que busca compreender o desenvolvimento da alfabetização como um processo socialmente construído, e não como mera aquisição de uma técnica de transcrição. Conseqüentemente dá-se mais ênfase às especificidades formativas da criança, percebendo-a como sujeito histórico do processo.

Com base no construtivismo, e de acordo Leite (2001), as práticas sociais de leitura e escrita constituem-se como uma condição necessária para o pleno exercício da cidadania. Nesta concepção, a família e a escola têm um papel fundamental por constituírem-se como espaços privilegiados para a ocorrência do processo de mediação, em que se trabalha a educação e principalmente a alfabetização das crianças. Com base nessa evolução sócio-histórica – que enfatiza as concepções voltadas para a aquisição da escrita e da leitura ou alfabetização – é que apontamos como objeto de pesquisa: “Os Processos Metodológicos da Alfabetização Infantil”. Com isso, buscou-se responder à seguinte questão de pesquisa: “[...]. Quais os processos metodológicos e instrumentos utilizados na alfabetização infantil na rede regular de ensino do município de Vitória da Conquista-BA, e quais suas implicações no processo formativo das crianças envolvidas?”.

2. OBJETIVOS

2.1. Geral

Este trabalho teve como objetivo geral analisar as implicações das tendências metodológicas e instrumentos utilizados no processo de alfabetização infantil no município de Vitória da Conquista-BA.

2.2. Específicos

- a) analisar o processo metodológico da alfabetização infantil em suas múltiplas concepções;
- b) caracterizar as concepções metodológicas utilizadas pelos profissionais da educação;
- c) apontar os mecanismos utilizados pelos profissionais da educação e escolas para garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar das classes de alfabetização infantil;
- d) analisar os instrumentos utilizados pelos professores em suas práticas educacionais.

3. ETAPAS DA PESQUISA

O desenvolvimento da pesquisa foi no município de Vitória da Conquista, cidade da porção Centro-Sul do Estado da Bahia, com estimativa populacional de 270.364 habitantes, cerca de 245 escolas do ensino fundamental, sendo que 212 são municipais e 33 estaduais. Devido à impossibilidade de tempo e de recursos para cobrir todas as escolas desse município, fez-se uma seleção dos estabelecimentos educacionais da rede pública que se encontravam mais próximos à residência do pesquisador, porque dessa forma facilitaria o contato com os sujeitos da pesquisa.

Num primeiro momento, deu-se a visita exploratória para comunicar aos dirigentes sobre a pesquisa e solicitar permissão para esse fim. Em seguida, realizaram-se as entrevistas, já com a permissão dos participantes.

Os sujeitos da pesquisa foram professoras e coordenadores de estabelecimentos educacionais. A escolha dos sujeitos se deu de forma aleatória entre aqueles que se dispuseram a participar da pesquisa. Dos profissionais da educação que participaram efetivamente foram dez professoras e uma coordenadora pedagógica. Todos estavam concluindo graduação.

Os dados foram colhidos através de questionários semi-estruturados e observação.

Os questionários contaram com perguntas sobre concepções metodológicas, tendências pedagógicas, atuação dos profissionais da educação e sobre os instrumentos utilizados pelos mesmos. O pesquisador tomou o cuidado de explicar à pessoa que ia responder, a necessidade do preenchimento do questionário, o viés das perguntas, ajudando/esclarecendo sempre que preciso.

A partir do roteiro, antecipadamente estruturado, se deu a entrevista, momento em que o entrevistador ficava atento para não perder o viés da fala do entrevistado, anotando todas as respostas fornecidas pelo profissional de educação.

Já a observação, se deu no momento em que foi feita a primeira visita exploratória.

Após a coleta, os dados foram transcritos e tabulados. Em seguida, foi realizada a interpretação, sempre com base no contexto pesquisado. Utilizamos análise de cunho interpretativo e comparativo entre os dados colhidos e parte do referencial teórico sobre o assunto, sempre levando em consideração que o objeto das ciências sociais é histórico, nos remetendo à consideração de que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja sua formação e configuração são específicas (MINAYO, 1994).

4. RESULTADOS / CONCLUSÕES

A partir da análise dos dados colhidos nessa pesquisa e confrontados/comparados com o referencial teórico chegamos às seguintes conclusões parciais.

Com base na primeira pergunta feita aos entrevistados, que consistia na questão: “Quais as habilidades que uma criança deve ter para ser considerada alfabetizada?” a maior parte dos professores foi incisiva quando disse: “[...] Conhecer as letras do alfabeto, juntar as sílabas e ler palavras simples”. “Decifrar grande parte dos sinais da escrita, ou seja, letras, números e palavras”.

Com as respostas, observa-se que a visão e/ou concepção que esses profissionais têm em relação à pessoa alfabetizada remete ao modelo tradicional, em que os indivíduos, para serem considerados alfabetizados, basta conhecerem o código de forma estática, rompendo, assim, com a concepção afirmativa de que o processo de aquisição da leitura e da escrita deve ultrapassar a questão técnica, e ter sua base na promoção de práticas e eventos relacionados ao uso, função e impacto desse processo na sociedade (MATÊNCIO, 1994).

A segunda questão se relaciona com a idade adequada para se iniciar o processo de alfabetização. A resposta foi, unanimemente, que deve ser por volta dos seis anos de idade, contradizendo a idéia de Leite (2001, p. 29), consistindo que “[...] o processo de alfabetização inicia-se muito antes do período formal de escolarização”.

A questão de número três buscava saber como se realizava o trabalho com os educandos. Apesar de uma das professoras afirmar que trabalhava a partir de histórias, desenho livre, colagem etc., as respostas das outras professoras confirmam uma maneira tradicional de trabalho.

Das respostas temos: “[...] Com alfabeto móvel, ficha de palavras, jogo da memória, dominó de palavras, recorte de palavras etc.” e “[...] Pelo material que disponho na escola ou o método indicado pelo livro”.

Com isso, pode-se dizer que esses professores trabalham de forma fragmentada, a partir de trabalhos soltos, com assuntos isolados e fragmentados. Desta forma, não será possível a promoção ou formação de sujeitos críticos que, partindo de sua própria realidade, possam compreender e intervir no contexto social e político em que se inserem.

Constatou-se que todos os professores utilizavam a cartilha no processo de alfabetização e que, também, utilizam outros materiais, tais como: recortes de textos simples, ilustrações etc. – apesar de não terem deixado claro o significado de “texto simples”.

No que diz respeito ao acompanhamento do rendimento dos educandos, não foi possível analisar de forma mais incisiva. O motivo dessa impossibilidade se encontrou na estruturação do questionário.

Dos maiores obstáculos apontados pelos professores se destacam: a falta de interesse dos alunos, a falta de acompanhamento pelos pais, falta de materiais didáticos, problemas familiares dos estudantes etc. Isso nos remete a idéia de Sipavivios (1987), em que essa autora afirma que as crianças mais pobres, com baixo nível de escolaridade, não contam com os recursos necessários que lhes garantam o acesso, a frequência e o sucesso escolar. Essa situação ainda é reforçada pelos dados do INEP, mencionados anteriormente.

Nas entrevistas realizadas com professoras e a coordenadora que atuam nas primeiras séries do Ensino Fundamental foi observado que a preocupação das entrevistadas, em relação ao processo educativo de seus alunos, estava voltada para parte técnica, concebendo a leitura e a escrita como algo mecânico, e que o mais importante era ler fluentemente a partir da repetição do que estava escrito. De acordo Matêncio (1994), o processo de aquisição da leitura e da escrita deve ultrapassar o aspecto técnico e ter sua base na promoção de práticas e eventos relacionados ao uso, função e impacto desse processo na sociedade. Ou seja, deve proporcionar, aos envolvidos no processo, condições para que possam utilizar a leitura e a escrita enquanto um diferencial em suas relações sociais. Isso nos conduz à concepção da leitura, da escrita e da oralidade como um processo dinâmico, em que “[...] a compreensão de um texto implica muito mais: além de uma pluralidade de signos em jogo, há a relação texto/contexto, que é vital” (YUNES e PONDÉ, 1989, p. 64).

As professoras entrevistadas, talvez, mantenham em seus trabalhos, no que diz respeito à alfabetização (escrita e a leitura), uma visão tradicional, não questionadora e sem reflexão sobre suas práticas educacionais e, a partir disso, pode ser que elas não compreendam e/ou desconheçam a concepção de que o processo da leitura e da escrita é construído historicamente e socialmente, e que o mais importante é compreender o que lê, saber o para que ler, saber qual a importância de ler.

É preciso levar em consideração que o processo de alfabetização não pode ser visto enquanto algo simples, nem tampouco isolado das questões históricas, sociais e políticas em que os educandos estão inseridos. Demandam um rigoroso trabalho pedagógico, que se estende desde as séries iniciais, num processo contínuo e ininterrupto.

Observa-se que as condições de trabalho dos profissionais da educação são precárias. De acordo com Sipavivios (1987), dados do INEP (2002 e 2003), percebe-se que há uma enorme influência desses fatores em relação à formação dos educandos, o que pode afetar de forma negativa o seu rendimento / desenvolvimento.

5. REFERÊNCIAS

ENCICLOPÉDIA ENCARTA. Alfabetização. **Enciclopédia® Microsoft® Encarta**. © 1993-1999 Microsoft Corporation, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/saeb/news03_02.htm> Acessado em: 24 abr. 2003

GARCIA, Regina Leite (org.). **Novos Olhares sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva (Org.). **Alfabetização e Letramento**: contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas, SP: Kamed: Arte Escrita, 2001.

MATÊNCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Leitura, Produção de texto e a escola**: reflexões sobre o processo de letramento. Campinas, SP: Mercado de Letras; Editora Autores Associados, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 19 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SIPAVICIOS, Nympha. **O Professor e o Rendimento Escolar de Seus Alunos**. São Paulo: EPU, 1987.

WEIZ, Telma e SANCHEZ, Ana. **O Diálogo Entre o Ensino e a Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

YUNES, Eliana e PONDÉ, Glória. **Leitura e leituras da literatura infantil**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1989.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre. RS: Art Méd, 1998.